



GT08 - Formação de Professores – Trabalho 1161

## ARTICULAÇÃO ESCOLA E UNIVERSIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Melissa Rodrigues da Silva - UEPG

### Resumo

O texto tem o propósito de socializar aspectos de uma pesquisa em andamento, submetida ao Programa de Doutorado em educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Tem como objetivo analisar a possível articulação do Ensino Superior e da Educação Básica, por meio de programas e projetos que vislumbrem a formação continuada à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica - DCN's (BRASIL, 2015). A pesquisa discute a formação inicial e continuada, o conjunto das legislações para essas modalidades de formação, as políticas públicas e as possíveis práticas que articulem os dois níveis de ensino. Optamos pela abordagem qualitativa e como procedimento metodológico: a pesquisa documental com enfoque na Pedagogia, na educação básica e na formação continuada. Atualmente a reorganização das propostas pedagógicas dos cursos de Pedagogia, nos traz indicativos para desvelar os desafios da possível articulação determinada legalmente. Esse estudo irá favorecer no desenvolvimento de possíveis reorientações das ações desenvolvidas pela universidade que deverão repercutir na formação continuada de professores da educação básica.

**Palavras-chave:** formação inicial e continuada; escola e universidade.

### Introdução

A pesquisa em andamento está se desenvolvendo no Programa de Doutorado em educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa e discute sobre a necessidade de articular a educação básica e o ensino superior, tal ação é um desafio das políticas públicas, para as universidades e para os sistemas de ensino, sejam eles estaduais ou municipais. Essa aproximação torna-se uma necessidade para a formação de professores. Da mesma forma o trabalho docente, um processo que pode ser planejado e efetivado por meio de projetos, programas, cursos, encontros que viabilizem momentos

de estudo da prática docente, tal organização pode se efetivar por meio da formação continuada.

Sabemos que a formação inicial para a docência na educação básica se dá nos cursos de licenciatura, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB, 9394/1996) que publica no artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 2013).

Ao Estado compete formular e viabilizar políticas públicas e recursos que possibilitem a implementação de ações, a fim de garantir a organicidade do sistema educacional. Entretanto, para atingir tal fim é preciso compreender a importância da formação dos professores que atuam no sistema de ensino nacional, com direcionamento de políticas públicas que atendam e garantam tal efetivação.

Muitas são as justificativas que buscam compreender o processo de pesquisar sobre a formação de professores. Quando articulamos a pesquisa com a rotina das instituições escolares e as políticas públicas, como preeminente da docência, podemos atrelar a ampliação nas discussões sobre a formação e suas modalidades, sejam elas inicial ou continuada.

Considerando o curso de Pedagogia como formação inicial, as DCN's (BRASIL, 2015) conferem que o Pedagogo está habilitado para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços de apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Dessa maneira, Gatti (2013) considera que:

Os professores são os mobilizadores da educação escolar e a escola é hoje a instituição social basilar na instituição e formação para a vida civil, porta para outras transformações e para a construção continuada da democracia e a luta pelos direitos humanos. Sua atuação coloca-se, assim, entre a exclusão social e a transformação. Então a formação inicial dos professores é crucial, sem deixar de lado o papel relevante da

formação continua em suas vidas profissionais. (GATTI, 2013, p. 59 e 60)

Diante dos desafios da formação inicial dos profissionais da educação, podemos considerar que não basta apenas ser licenciado para atuação docente, mais sim considerar as necessidades sócio-histórico-culturais do contexto da escola, interferentes na definição das prioridades educativas, acrescidas aos saberes pedagógicos, o que exigem um permanente ressignificação da profissionalização como docente. (ROMANOWSKI, 2007, p. 119).

Tão logo a importância de uma formação sólida de conhecimentos articulados às práticas sociais, que reconheçam o valor atribuído à formação inicial, e essa preocupação com a formação e prática pedagógica principalmente no que se refere à formação do profissional que atuará na Educação Básica, entendendo “a formação como ação que dá forma, que se traduz na construção de processos de identidades profissionais” (GOMES, 2009, p. 55).

Há que considerar um desafiador, formar professores/pedagogos que examinem, questionem e avaliem criticamente a sua prática, construam significados para a atividade docente, socializem saberes, buscando elementos e contextos que mobilizem a reflexão e que possam fazer isso no sentido de compreender sua prática, modificando-a, com o objetivo de ressignificá-la.

É importante salientar que a proposta de uma sólida formação de professores se faz por meio de conhecimentos teóricos e práticos e por meio de pesquisa, dessa maneira se estabelece outra modalidade de formação, a formação continuada que por sua vez tem como um de seus desafios, possibilitar por meio de políticas públicas uma organicidade, vinculada à universidade e a escola, por meio de programas/projetos, porém essa continuidade torna-se um desafio.

Posto isso, devemos considerar o que anunciam as DCN's (BRASIL, 2015) que propõem a aproximação da formação inicial e da formação continuada, ou seja, trazem possibilidades que poderão cumprir essa proposta contínua, favorecendo a valorização da carreira docente por meio de políticas públicas, que segundo Barreto (2015, p. 691) “é um espaço especial, uma situação potencialmente privilegiada para as tentativas de aproximação da formação centrada na escola e no trabalho docente”, ademais é um direito estabelecido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do

Ensino Fundamental do Magistério (FUNDEB) e uma condição inerente à profissionalização docente, possibilitando ao professor reconhecer as necessidades e dificuldades pessoais e institucionais, com intencionalidade formativa, colocando em ação de forma sistemática e não pontual, por meio de programas de formação continuada aprimorados nos saberes docentes que devem considerar atitudes de investigação, de pesquisa e de estudo, relacionadas aos saberes da universidade e da educação básica.

Atualmente de um lado temos a formação inicial oferecida pela universidade e de outro lado temos a formação continuada que pode ser utilizada para minimizar o distanciamento entre esses dois níveis de ensino, portanto o desafio é mobilizar e articular o fortalecimento de ambas, por meio de conhecimentos e reflexões, e uma construção contínua que sigam propósitos das políticas públicas vigentes.

Referenciando documentos e políticas públicas sobre a educação brasileira, evidenciamos o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) que determina a formação continuada como estratégia para a valorização dos profissionais da educação, e que compete aos entes federados criação de subsistemas que lhe deem materialidade e políticas direcionadas a maior organicidade entre a formação inicial, continuada, carreira, salários e condições de trabalho.

Balizando as discussões referentes aos documentos norteadores da educação pública, consideramos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica, (DCN's, 2015) pelo Parecer CNE/CP 02/2015, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 9 de Junho de 2015 e homologadas pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC) em 24 de Junho de 2015, que pretendem garantir a organização da formação inicial e da formação continuada dos profissionais do magistério e sinalizam para a articulação necessária entre as universidades e as escolas.

De acordo com as DCN's (BRASIL, 2015) os diálogos e as perspectivas em relação à formação de professores, envolvem questões no âmbito do contexto histórico dessa profissão, quando os estudos científicos ganham proporções que atingem a escola, evidenciam que o espaço escolar é ocupado por sujeitos que advém de vários contextos

e de diversas culturas, crianças, jovens e adultos e, por isso, há necessidade em conhecê-las, para daí consolidar práticas com qualidade e que sejam planejadas por profissionais.

Para tal entendimento nos baseamos no Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) hoje tido como epicentro da organização do sistema de ensino no Brasil, sob a Lei n. 13.005/2014 que determina constituintes para a política nacional, que devem ser consideradas na educação em geral, sendo a base para a ampliação e qualidade no sistema educacional nacional. Vale destacar que mesmo que o conceito de “qualidade” relativo às questões educacionais ainda não estejam definidos no Brasil, a política educacional deve promover experiências enriquecedoras nos aspectos políticos e social, considerando este um projeto de ação social, para daí sim podermos considerar que o ensino seja de qualidade para todos, sem reprodução de mecanismos de exclusão social (OLIVEIRA, ARAÚJO, 2005).

De outro lado, segundo Dourado (2015) o PNE (2014-2024) implanta uma nova fase para as políticas públicas educacionais, com metas e estratégias que discutem sobre a qualidade, avaliação, gestão, financiamento e valorização dos profissionais da educação. Entretanto, não basta apenas determinar a organização do sistema de educação nacional, mas delinear uma nova organização política pedagógica na Universidade e na escola.

Após uma década de discussões as DCN's (BRASIL, 2015) foram aprovadas por unanimidade no Conselho Nacional de Educação (CNE) e direcionam o repensar sobre a formação dos profissionais do magistério no que tange a formação inicial (licenciaturas) e a formação continuada, pautadas em uma formação teórica sólida e interdisciplinar, pela unidade da teoria e da prática, colocando o trabalho como princípio educativo na formação profissional.

Segundo Dourado (2015) os aspectos trazidos nas DCN's (BRASIL, 2015) já são objetos de pesquisas e discussões de entidades da área educacional, e irão influenciar na Política de Formação de Professores que vem exposta pelo PNE (2014-2024), o autor chama atenção de que o referido documento antecipa e dá subsídios no que diz na meta 15 do PNE (2014-2024), na garantia entre as esferas dos sistemas de ensino:

[...] no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam

os incisos I, II e III do caput do art.61 da LDB (1996), assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014).

Ainda que a formação inicial tenha se configurado em um contexto histórico e político diferente da formação continuada, as DCN's (BRASIL, 2015) avançam no sentido de que a formação inicial e a formação continuada são abordadas juntas em um único documento, ainda que esse documento verse sobre a formação de professores, no sentido de que estamos tratando de uma profissão, uma atividade que precisa ser trabalhada desde a formação até onde essa pessoa irá trabalhar.

De acordo com Dourado (2015) na última década houve esforço em relação às políticas, programas e ações para a formação professores, e garante que para avançar faz-se consolidar políticas e normas nacionais fundamentais de garantias, ainda garantir profissionais com formação adequada nas diferentes etapas e modalidades e propiciando maior organicidade à formação.

Com objetivo de discutir sobre a organização das licenciaturas nas universidades em especial o curso de Pedagogia, por meio de autores e políticas públicas que balizam o Ensino Superior e a Educação Básica, e a formação de professores, com o referido documento em foco, as DCN's, (BRASIL, 2015), inicialmente apresentaremos uma breve discussão referente às políticas públicas brasileiras e os encaminhamentos legais para uma possível e necessária articulação da Educação Básica e do Ensino Superior. Na sequência, a apresentação de um sucinto recorte sobre a pesquisa no Brasil: A formação de professores, suas modalidades, o ensino superior e a articulação com a educação básica.

Por fim, alguns apontamentos sobre os desafios da articulação do Ensino Superior e da Educação Básica, uma proposta de pesquisa que se mostra fundamental tanto quando se baseia nos aspectos políticos, tanto quando se preocupa com a organização do curso de Pedagogia.

## **Formação de professores: iniciando e continuando na escola e na universidade**

Pensar a formação dos profissionais do magistério é pensar essa seara de complexidade, se considerarmos as pesquisas já publicadas com indicativos de que muitos professores da educação básica não tem formação em nível superior, afirmamos a necessidade de que se busque a articulação dos níveis de ensino, vinculados à dinâmica da docência, seja ela inicial ou contínua, mas que essa formação não se reduza apenas as práticas, mas que se considere os aspectos históricos, culturais e o processo de desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, a profissionalização, que encadeie a formação, a carreira, o salário e as condições de trabalho, não bastando apenas a indução das políticas públicas, mas sim a concretização de uma formação densa e que torne essa carreira mais atrativa.

Para Sacristan (1999):

O debate em torno do professorado é um dos pólos de referência do pensamento sobre a educação, objeto obrigatório da investigação educativa e pedra angular dos processos de reforma dos sistemas educativos. Grande parte dos problemas e dos temas educativos conduzem a uma implicação dos professores, exigindo-lhes determinadas actuações, desenhando ou projectando sobre a sua figura uma série de aspirações que se assumem com uma condição para a melhoria da qualidade da educação. (SACRISTAN, 1999, p. 64).

Considerando o cenário e as políticas públicas que induzem à questionamentos diante do contexto atual referente à formação superior devemos buscar unidade, e isso provoca uma série de dúvidas e reflexões acerca de como organizar, planejar e articular processos de formação continuada que envolvam a universidade e a escola. Uma das hipóteses para essa articulação pode se dar por meio do tripé que baliza o ensino superior, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Além disso, as DCN's (BRASIL, 2015) consideram que a escola é o campo da formação continuada, possibilitando ampliar, contextualizar, refletir, conhecer e valorizar práticas que já acontecem nesse espaço, por meio de atividades formativas que contemplem as dimensões coletivas, favorecendo a relação e dando voz aos professores que estão nas escolas, valorizando as questões sociais e a capacidade de ouvi-los.

Por conseguinte, torna-se indispensável oportunizar aos professores espaços para uma formação continuada, sendo ela exigência para um “continuum” com possibilidades de reflexões constantes sobre a prática, dando continuidade de estudos em cursos, programa, projetos (ROMANOWSKI, 2007), ou ainda acontecer de forma articulada e permanente no ambiente de trabalho, constituindo a escola um lugar de referência para a reflexão.

Neste intento fazem-se necessárias ações que concretizem momentos de apropriação de conhecimentos, troca de informações e experiências, de orientação, de regras, de direitos e deveres, assim como de procedimentos metodológicos que relacionem o cotidiano, e que produzam conhecimentos e atitudes fundamentais à melhoria na qualidade da prática docente na educação básica.

A partir da sanção das DCN’s (BRASIL, 2015) algumas questões tornam-se peculiares a serem pesquisadas posteriormente, pois o desafio dessa política pública brasileira promoverá uma nova concepção de escola em relação à organização da formação continuada e sua efetivação. Uma vez que a escola e a universidade são instituições dedicadas em promover o avanço do conhecimento, da educação e da sociedade, e que são espaços que buscam a construção de saberes e proporcionam a pesquisa. Articulando essas instituições de ensino, toda uma contextualização será permitida, pois dimensionará a importância teórica metodológica do docente, caracterizando sua prática com as tendências e resultados que o cotidiano produz.

No que se refere a esse aspecto, embora a formação inicial e a formação continuada sejam frequentemente entendidas separadamente por questões de organização política e pedagógica, do ponto de vista das DCN’s (BRASIL, 2015), o documento sinaliza uma possível aproximação/articulação entre a instituição formadora e a escola, minimizando essa fragmentação, de que o contato com a universidade seja somente no momento de realização dos estágios supervisionados, onde os acadêmicos por conta de carga horária reduzida, vão à escola apenas para radiografar as práticas, ficando aquém os momentos de contribuição à escola. Por isso, a formação inicial e continuada precisam estar em conformidade, pois não devem acontecer de forma abrupta, mas com encaminhamentos que promovam a interação com a rede de ensino, e isso deve ser feito de maneira institucional.

Contudo, as DCN's (BRASIL, 2015) é um documento que foi elaborado mediante situação atual da educação, e sinaliza avanços, desafios e práticas, e para que essas mudanças aconteçam é necessário que as universidades e as secretarias de educação se debrucem no documento, para que ele chegue às escolas e seja entendido de acordo com cada região e contexto, haja vista que há uma necessidade de consolidação, pois o campo do ensino superior passa por mudanças de expansão e interiorização, processos de institucionalização, o que demanda novos marcos obrigatórios no que tange a formação docente, ou seja, uma intencionalidade às licenciaturas que devem em seus currículos considerar a valorização dos professores, sendo este um atrativo para o ingresso e permanência na universidade especificamente nos cursos de licenciatura, haja vista que a evasão nesses cursos aumentam anualmente.

Tal demanda nos instiga e aponta alguns questionamentos em sabermos como a universidade irá propor e desenvolver programas de formação continuada articulados à Educação Básica, propiciando a prática educacional, o aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente? Até que ponto as orientações prescritas nas diretrizes se refletem na prática da universidade e da escola que devem considerar a unidade e a articulação na efetivação da formação continuada?

As temáticas aqui apresentadas se inserem num campo bastante interessante de ser discutido, uma vez que as DCN's (BRASIL, 2015) orientam e normatizam os processos educativos no que tange a formação inicial e continuada de professores da educação básica de forma articulada.

Neste sentido é urgente que as universidades deem encaminhamentos na organização no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), articulando as DCN's (2015), a formação inicial e a formação continuada.

Frente a essas questões entendemos que se apresentará um campo fértil para análise das ações empreendidas a partir de uma nova configuração do ensino superior, que de acordo com o documento em foco, as licenciaturas têm até dois anos a contar da data de publicação do documento para se adequarem a tal normativa. Visto que os desafios despertados pelas DCN's (BRASIL, 2015) se manifestarão mediante a possível articulação do ensino superior e a educação básica, provocada pela organização e efetivação da formação inicial e continuada, à luz das políticas públicas, para mais, dos

processos formativos que possibilitarão também pensar em questões pedagógicas, teórico práticas, por meio de ações que a universidade levará à escola.

**Um recorte sobre a pesquisa em educação: A formação de professores, suas modalidades, o ensino superior e a articulação com a educação básica.**

Torna-se necessário conhecer as pesquisas e a legislação no âmbito da formação inicial e formação continuada, bem como a articulação do ensino superior com a educação básica. Dessa maneira expomos uma busca realizada sobre as temáticas coletadas no site do *Domínio Público* e na *Base de Teses da Capes*.

Com a utilização dos descritores *formação inicial* identificamos duas publicações no site do Domínio Público, as quais tratam do programa de formação inicial para os professores em exercício na Educação Infantil, tal documento foi publicado pelo MEC em 2005, com objetivo de melhorar a qualidade da Educação Infantil e dos profissionais que nela atuam. Esse programa formou/titulou professores atuantes na Educação Infantil que ainda não tinham nem o Ensino Médio, sendo que sua organização foi de acordo com o curso de Magistério.

Ainda na mesma biblioteca digital sobre *formação continuada*, encontramos 16 publicações, das quais seis são documentos do MEC que tratam de uma Coleção sobre a diversidade na educação, outros sobre pró letramento e as orientações gerais sobre o Programa da Rede Nacional de formação continuada de professores da Educação Básica implementado pelo MEC no ano de 2003, programa este que surgiu da necessidade de articular a pesquisa e a produção acadêmica à formação de educadores, sendo essa uma proposta de vincular o Ensino Superior à Educação Básica, organizado em vários, módulos, cursos e produção de materiais destinados a Educação Básica, ou seja, uma publicação que relatou os cursos e seus recursos, um convênio entre universidades e Secretarias Municipais e Estaduais de educação.

Os materiais publicados em 2006 tratavam das seguintes temáticas: alfabetização, linguagem, matemática, ciências, arte, educação física, gestão e avaliação, tais publicações suscitaram a proposição em articular a formação inicial, formação continuada e profissionalização, ademais incitaram uma possível articulação

entre a rede de ensino e o ensino superior. Percebemos que essa proposta vem ao encontro do que dizem as DCN's (BRASIL, 2015), no entanto esse programa já tem mais de uma década de sua efetivação e atualmente não está mais acontecendo.

Os demais itens encontrados sobre a formação continuada tratam de pesquisas relacionadas ao jogo como temática de formação continuada no desenvolvimento profissional, o uso dos ambientes virtuais na formação continuada. No entanto nenhuma pesquisa destaca sobre a organização/efetivação de programas/projetos de formação continuada relacionando a universidade e a escola. Com o descritor *articulação* não foi encontrada nenhuma pesquisa.

No banco de teses da Capes, ainda como os mesmos descritores, o corpus da pesquisa ficou composto por 1388 trabalhos, dos quais 117 são teses, e apenas 57 tratam realmente de aspectos que envolvem a *formação inicial*, lembrando que esse site de busca nos dá o ano de 2012 como referencia mais atual. Dessa maneira encontramos 5 teses, das quais tem como pano de fundo as licenciaturas em Matemática e Educação Física, o terceiro tem como objetivo a formação inicial e a relação com a educação inclusiva, o quarto chama atenção para as mídias na formação inicial e por fim o que nos chamou atenção foi o quinto e último trabalho encontrado nesse recorte temporal de 2012, que destaca a escola básica como campo da pesquisa, o professor da universidade, o estágio e o estagiário como sujeitos envolvidos no processo pedagógico, evidenciando o papel do professor da escola, que muitas vezes não é o principal envolvido no processo mas que está envolvido na atividade de formação. No entanto esse trabalho se restringiu a licenciatura em Física, e o sentido que os professores dessa disciplina que recebem estagiários dão ao estágio supervisionado, sendo esse momento de formação inicial.

Tal levantamento pode explicitar que o curso de Pedagogia, este visto pelas DCN's (BRASIL, 2015) como um curso de formação inicial não aparece na busca, dessa maneira persiste a escassez nas pesquisas principalmente no que tange a formação continuada e o curso superior.

Sobre a *formação continuada* identificamos 1179, desses 656 nos programas de Educação e 149 são teses de doutorado, assim como fizemos o recorte apresentado

anteriormente, a plataforma nos dá informações como última referencia o ano de 2012 no que tange especificamente ao termo “*formação continuada*” no título, identificamos 12 pesquisas, esses trabalhos tiveram como pano de fundo em sua maioria as licenciaturas, ademais analisaram processos de continuidade na formação, dos professores do ensino superior, ainda sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação; sobre a significação da sexualidade em um programa específico para professores de uma escola pública; e ainda sobre a importância da formação continuada dos professores da Educação Infantil.

Com o descritor *articulação* encontramos 2158 pesquisas, reduzindo para pesquisas em programas de educação tem-se 360 e por fim, tese, apenas uma, que em seu título trata desse descritor, essa tese teve como objetivo analisar a articulação da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e a importância das vozes das crianças, dos professores e das famílias nesse momento de transição para o primeiro ano do Ensino Fundamental. Vale destacar que em se tratando de políticas públicas, essa pesquisa vem ao encontro do que diz as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil de 2010, que determina essa articulação e destaca a importância do trabalho pedagógico com as crianças ainda pequenas no ensino fundamental. (DCNEI, 2010)

Dessa maneira as pesquisas encontradas nesses sites de busca de teses publicadas, não encontramos o que vem a propor nesse trabalho, ou seja, a possível articulação da universidade com a escola, amparada por programas à luz das políticas públicas que subsidiam atualmente a formação de professores para a educação básica, ademais com a intenção de desvelar as práticas que acontecem mediante tal articulação.

Essa breve revisão nas pesquisas (teses) já publicadas favoreceu o olhar para a realidade, e ao dialogar com esses enunciados fica explícito a necessidade de mais pesquisas sobre as questões apresentadas nesse trabalho, pois o nosso desafio é acompanhar a organização da articulação do ensino superior e da educação básica, de acordo com a DCN’s (BRASIL, 2015). A formação continuada é praticamente ausente nas pesquisas, pois a preocupação com os profissionais da escola ainda está velado e pouco se enfatiza no que diz respeito a formação e profissionalização docente.

## Considerações finais

Frente a essas considerações e questionamentos salientamos que as tensões rapidamente apresentadas não esgotam a complexidade dos efeitos de tal orientação legal, mas buscam problematizar e olhar com atenção para as postulações legais e seus desdobramentos. A relevância desse trabalho possibilita vislumbramos sobre a organização e implementação das DCN's (BRASIL, 2015) nos cursos de Pedagogia, e que essa nova organização promova a possível articulação da formação inicial e da formação continuada por meio do diálogo, planejamentos, métodos, reflexões e pesquisa.

O propósito de investigar esse tema tão atual, frente aos novos encaminhamentos derivados da legislação aprovada recentemente, abre possibilidades enriquecedoras de pesquisa e análise, como fenômeno a ser interrogado na perspectiva de uma análise política, organizacional e pedagógica para a prática docente.

Neste sentido, são muitas as questões que demandam investigação a partir dessas determinações legais, que viabilizam uma nova reestruturação pedagógica, haja vista que as DCN's (BRASIL, 2015), não esgotam a complexidade dos efeitos de tal orientação legal, mas buscam problematizar e olhar com atenção para as postulações legais e seus desdobramentos.

A partir da pesquisa sobre a formação de professores, pretendemos proporcionar subsídios que fortaleçam a discussão acerca da formação continuada, bem como a importância e as necessidades de se promover momentos de reflexão didática teórico metodológica acerca da organização do Ensino Superior e da Educação Básica, sem a pretensão de esgotar o debate, mas, apontar novas questões que possam suscitar deste, ou seja, “alargar o repertório da nossa ciência, dos pontos de vista teórico e metodológico. Alargar o espectro das nossas maneiras de pensar e de falar sobre educação, [...] é para isso que serve a pesquisa educacional”. (NÓVOA, 2015, p. 271).

Neste sentido, as inquietações que nos instigam sobre a formação de professores, seja ela inicial ou continuada, visam aprofundar os estudos e pesquisas sobre essa demanda, bem como o estudo das DCN's (BRASIL, 2015), a fim de que a

formação dos profissionais do magistério seja discutida no contexto deste trabalho, pois segundo Nóvoa (2015, p. 270) “precisamos reinventar a pesquisa como uma práxis coletiva aberta e colaborativa,” sendo assim possibilitar e produzir contribuições à Universidade, professores e escolas, a partir de um estudo que visa a articulação e a aproximação da instituição formadora (universidade) e da escola.

Esse estudo irá favorecer no desenvolvimento de possíveis reorientações das ações desenvolvidas pela universidade que deverão repercutir na formação continuada de professores da educação básica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei 13.005/2014. Institui o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e dá outras providencias.

\_\_\_\_\_. Lei 12.796 de 04 de abril de 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm). Acesso em: 19 de maio de 2013.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos.** Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 62, jul/set 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abri/jun, 2015.

GATTI, Bernadete Angelina. **Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 51-67, out/dez, 2013. Editora UFPR.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de professores na educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2009.

NÓVOA, A. Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em educação. *Educação & Pesquisa*, v. 41, n. 1, p. 263-272, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0263.pdf>.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. *Rev. Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr de 2005. n. 28, p. 5-23.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3ª ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: **Profissão professor**. NÓVOA, António (org.). Porto: Porto Editora, 1999. 2ª ed.